

Riscos e proteção patrimonial – (a caminho de) uma fruição mediada em ambientes turísticos e museológicos

DOI: 10.2436/20.8070.01.90

Cândida Cadavez

Doutora em Estudos de Cultura e Literatura pela Universidade Lisboa, Portugal.

Professora da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril, Portugal.

E-mail: candida.cadavez@eshte.pt

Resumo

Este artigo evoca e analisa alguns dos riscos a que o património e os espaços de exibição, nomeadamente os museus, estão sujeitos hoje em dia em resultado de particularidades várias que caracterizam este início de milénio, resultantes não só de novas práticas turísticas, como também de circunstâncias políticas e sociais. Aborda-se, ainda, de que modo as necessárias e consequentes respostas e reações dos diferentes intervenientes no setor podem reformular a interação entre diversos focos de atração do olhar turístico e os visitantes¹, e mediar a fruição patrimonial. Neste âmbito, é evocado o perfil dos novos turistas e são recordados momentos que abalaram a paz e a serenidade que tendem a ser associadas à prática turística com o propósito de (melhor) compreender e identificar abordagens alternativas imprescindíveis para o real entendimento do que significa ser turista, fruidor de património(s), no século XXI.

Palavras-chave: Património. Turismo. Riscos. Proteção patrimonial. Fruição.

1 DOS CONTEXTOS E PARADIGMAS – ONDE ESTAMOS, O QUE QUEREMOS, COMO (O) PRETENDEMOS

Não obstante a velocidade do mundo contemporâneo que tudo descarta e substitui à velocidade de um ápice, também replicada na abrangente prática turística coeva, os viajantes do século XXI continuam a prestar a sua melhor atenção aos espaços de exibição das comunidades que visitam, sejam eles os museus, os monumentos ou

¹ O presente artigo utiliza como sinónimas as expressões turista(s), visitante(s) e viajante(s).

mesmo os ambientes naturais que compõem a imagem de um determinado destino turístico. Seja qual for a narrativa cultural que os suporta e justifica, os sítios referidos continuam a ser entendidos como ícones fiéis que, cumprindo uma função de cimento agregador da identidade local, regional ou nacional, são entendidos como o seu mais credível cartão de visita. Talvez tenha sido sempre assim desde os tempos do *Grand Tour*, quando jovens aristocratas buscavam ambientes carregados de saber e de significados culturais com propósitos formativos. Contudo, passados todos estes séculos e em tempos rascunhados pela liquidez pós-moderna que Zygmunt Bauman conceptualiza (2000), não só o modo de fruir estas representações mudou radicalmente, como também o contexto sociopolítico que serve de palco às movimentações turísticas é diferente e eventualmente identifica nos espaços antes mencionados valências que permitem atingir outros propósitos menos canónicos. Apesar de todas as alterações no modo de ser turista, personificadas pelos novos perfis de visitantes que se movimentam no século XXI, continua a ser apanágio destes viajantes a busca de espaços de exibição, nos quais se podem incluir algumas tipologias de museus, que, no seu entender, se apresentam como montras autênticas no que toca à divulgação das particularidades das comunidades turísticas de acolhimento (vd. CADA VEZ, 2017). Assim, não só os espaços de exibição mais convencionais, mas também representações diversas de arte pública ou os icónicos pontos de atração turística que existem (ainda) no imaginário de cada viajante do século XXI continuam a manter um *glamour* muito próprio e a ser importante foco de atração turística.

Os patrimónios agora exibidos em museus, nas ruas ou em ambientes menos intervencionados pela mão do Homem tendem a convidar a diferentes tipos de fruição, quando se compara com práticas passadas. Na verdade, atualmente espera-se que esses sejam espaços de maior abertura não só à comunidade onde estão integrados, mas também aos turistas. Como bem problematizou e previu Alvin Toffler na década de 80 do século passado, as rotinas de produção e de consumo vão variando em função de condições diversas, apesar das quais não pode pôr-se de parte a tendência de facto cada vez mais real no sentido de uma atitude de *prosumerism*². Em “The Prosumer Movement: a New Challenge for Marketers”, Philip Kotler recupera as três vagas de Toffler e expande-as numa vertente que evoca o perfil dos atuais praticantes de turismo ao destacar a importância atribuída a atos de consumo que são muito mais do que as tradicionais atitudes contemplativas pautadas por um mero “*consumo*” e observação passivos. Assim, também os viajantes atuais tendem a procurar fazer mais uma fruição ativa da experiência e do produto turístico que consomem, discriminando, para o efeito, justificações como a persecução de uma maior satisfação pessoal, e dando razão a Toffler, tal como apresentado por Kotler, quando indica que, com o passar do tempo, as gerações estão cada vez mais envolvidas na produção de bens e serviços. Os avanços tecnológicos apresentam-se como grandes aliados nestes momentos por darem a conhecer novas possibilidades e por facultarem ferramentas de aprendizagem que mais facilmente permitem a concretização dessa atitude mista e simultânea de consumidor e produtor (vd. Kotler, 1986), tão apreciada particularmente pelos grupos mais jovens de turistas, nomeadamente os *millennials* (vd. CADA VEZ, 2017). De facto, e tal como analisado em outros trabalhos (vd. CADA VEZ, 2017), esta geração que está agora a tomar conta dos mercados, incluindo do mercado turístico, assume ostensivamente a sua diferença identitária, também enquanto consumidora, afirmando o seu desejo de ter uma

² Contração das palavras *production* (produção) e *consumerism* (consumismo).

participação mais proativa no desenho e na produção daquilo que consome, alegando, a esse propósito, a já referida maior satisfação que obtém e o facto de serem resultado de uma época em que a educação atingiu uma maior fatia das sociedades (vd. Kotler, 1986), o que os torna consumidores mais exigentes.

Perante isto, pode ousar-se concluir que os *prosumers*³ turísticos são viajantes que anseiam por uma interação mais concreta e real com os patrimónios que visitam, mas também por contactos em que participem menos mediadores, pois, no seu entender, são estas práticas mais livres que permitem uma maior aproximação às alegadas autenticidades da comunidade de acolhimento.

O acesso permanente a informação doutrina a propósito do que acontece em todos os cantos do mundo, e, no século XXI, não pode inibir-se de relatar situações e episódios mais infelizes que pouco têm a ver com a ideia de “*paraíso turístico*” que as narrativas de divulgação turística continuam a veicular, formatando, assim, imagens de destinos invariavelmente descomprometidos, tranquilos e pacíficos. Como é do conhecimento comum, o mundo ocidental turistificado, e que se encontra presente nas ambições de viagens de milhões e milhões de turistas, tornou a ser, nos últimos anos, arena de atividades que nada contribuem para o “*paraíso*” antes mencionado. Na verdade, enquanto setor social e economicamente transversal, a atividade turística tem dificuldades em escapar a todas as sequelas e aos impactes negativos resultantes de atos de vandalismo ou de ataques terroristas, como aqueles que, há poucos anos, aconteceram em França, Espanha ou Tunísia, por exemplo. Sabe-se que os enormes fluxos turísticos fazem perigar poderosos polos de atração. A UNESCO identificou os conflitos armados, a guerra, os sismos e outras catástrofes naturais como sendo as principais ameaças para os locais considerados património mundial, grandes motores da atividade do lazer; contudo não se pode negligenciar outros riscos associáveis aos perfis e ao contexto contemporâneo, como sejam aqueles provocados pelos próprios turistas e os que são concebidos em sedes maiores e aparentemente mais fortes e poderosas, como os ataques terroristas.

Afirma Licínio Cunha que é “possível elaborar uma longa lista de impactos socioculturais negativos produzidos pelo turismo, que podem afetar apenas pequenas comunidades locais, estenderem-se a toda uma região ou incidirem sobre a totalidade da população de um país” (CUNHA, 2017, p. 97). De facto, a par das inúmeras e conhecidas vantagens, nos mais diversos níveis, que acontecem como resultado de uma indústria bem gerida e com preocupações sérias de sustentabilidade, as características da prática turística tal como acontece hoje em dia, em ambientes geopolíticos e com os perfis típicos das primeiras décadas do século XXI, dão azo a situações menos positivas que facilmente atingem proporções exponenciais como resultado natural da transversalidade inerente à atividade.

Quando se fala de turismo é difícil antecipar fronteiras e limites, pois as consequências de um episódio circunscrito a um dado espaço rapidamente são projetadas até áreas imprevisíveis; por exemplo, um ataque terrorista bem-sucedido, ou não, numa certa área geográfica poderá alterar de tal forma a imagem de um determinado destino turístico que toda a região, ou todo o país, ou até as áreas limítrofes, eventualmente sofrerão o mesmo que o alvo do ataque. Uma quebra de confiança como esta na segurança do destino de acolhimento resulta, pelo menos a curto prazo, quase sempre, numa diminuição drástica de fluxos de visitantes e, em

³ Contração das palavras *producer* (produtor) e *consumer* (consumidor).

consequência, de receitas; a par disto, não representa menor preocupação a recuperação da imagem no mercado, uma vez que a mesma irá condicionar o futuro do local.

Por que razão poderão os ambientes turísticos ser entendidos como espaços preferenciais para ataques terroristas? Grosso modo pode apontar-se para tal a particularidade que resulta de, num espaço mais ou menos circunscrito, haver, cada vez mais, elevadas concentrações de pessoas em atitudes que se coadunam com ambientes considerados aprioristicamente como seguros e descontraídos. Pode ainda acrescentar-se o facto de, em grande parte dos casos, se tratar de ambientes multinacionais, o que significa que o impacte da alegada causa é mais vasto e desencadeia uma maior divulgação por parte dos meios de comunicação social. Por exemplo, o ataque ao Museu Bardo, na Tunísia, em 2015, terá sido uma solução de recurso arquitetada por um grupo de atacantes que tinha como alvo inicial o parlamento tunisino – eventualmente, esta mudança de intenção terá catapultado a importância do ataque, pois a consciência coletiva é mais sensível a intencionalidades contra alvos inocentes, como turistas que visitam um museu, do que quando a mesma se dirige a políticos. Não é igualmente de negligenciar que, apesar de uma série de ataques da mesma índole ter vindo a suceder contra espaços de turismo ou de animação, sobretudo desde a década de 80 do século XX⁴, até ao início deste milénio, i.e., até aos ataques às Torres Gémeas em Nova Iorque, o investimento em proteção contra atos deste teor em contextos de lazer era invariavelmente encarado como gerador de incómodos, estorvos e gastos desnecessários de recursos humanos e financeiros (vd. CADAWEZ, 2016).

Um outro significado de “segurança” está, por seu turno, também em causa quando se aborda os impactos e riscos negativos que derivam de um certo tipo de prática turística – que “segurança” protege os patrimónios que chamam a atenção dos visitantes e turistas, e que acabam por ser alvo de comportamentos menos éticos ou pouco cautelosos que põem em risco a sua integridade e, tal como observado antes, até a imagem do destino?

O *Código Global Ético para o Turismo* (2001) é um documento de referência criado pelas Nações Unidas - ONU e pela Organização Mundial de Turismo - OMT com importantes recomendações dirigidas a todos os intervenientes na prática turística, desde a comunidade de acolhimento, aos visitantes, empresários e até jornalistas. No que refere aos propósitos do presente artigo, é de destacar que, entre tantas outras, uma das mensagens transmitidas por este código insiste para que se entenda a atividade turística como um veículo primordial para fomentar e estabilizar a paz entre culturas diferentes; outro dos focos de reflexão deste texto aborda precisamente alguns dos riscos que afetam os diversos patrimónios frequentados e procurados por turistas. Refira-se, a este propósito, logo o primeiro dos dez artigos que compõem este código e que afirma que a “compreensão e a promoção de valores éticos comuns a toda a humanidade, com uma atitude de tolerância e respeito pela diversidade de crenças religiosas, filosóficas e morais são a fundação e a consequência de um turismo responsável” (*Código Global Ético para o Turismo*, 2001). Na verdade, todo este artigo inicial apela a regras de boa convivialidade e de interações harmoniosas, havendo

⁴ Refira-se, por exemplo, o ataque terrorista de que foi alvo o navio de cruzeiro Achille Lauro, em 1985, o atentado de Lockerbie que, em 1988, vitimou todos os passageiros e tripulantes do voo Pan Am 108, bem como alguns residentes da localidade onde os destroços caíram, ou ainda o atentado bombista que afetou os Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996.

inclusivamente referências ao papel que as autoridades locais devem desempenhar de modo a garantir a segurança de turistas estrangeiros, tidos como perfis mais vulneráveis.

O mesmo documento alerta, igualmente, para outros perigos que afetam os diversos tipos de património procurados por turistas, muitas vezes apenas por causa da mera presença de visitantes e algumas outras em resultado de atitudes e de comportamentos menos éticos. Os pontos 3 e 4 do artigo 3.º sugerem uma gestão cuidada da qual decorra uma maior diluição dos fluxos de visitantes no espaço e no tempo, de modo a evitar-se congestionamentos danosos para todos os intervenientes, e também uma limitação das atividades de lazer em determinadas áreas para, entre outros, reduzir os impactes negativos da atividade turística, maximizando-se o mais possível a proteção do património natural (*Código Global Ético para o Turismo*, 2001). Este código não negligencia os riscos que afetam o património construído e, no seu artigo 4.º, recorda que as práticas de lazer devem ser conduzidas de modo a respeitar as heranças artísticas, arqueológicas e culturais, para que possam, assim, estar disponíveis para as gerações futuras, acentuando o “cuidado especial que deverá ser prestado a monumentos, santuários e museus, bem como a sítios arqueológicos e históricos” (*Código Global Ético para o Turismo*, 2001).

Em 2010 o International Committee on Museum Security - ICMS publicou um manual sobre procedimentos de emergência em espaços museológicos, que, entre outros, contou com o apoio do International Council of Museums - ICOM. Logo na introdução, o leitor é alertado para os “novos” riscos que fazem perigar o património, sendo logo dado lugar de destaque ao terrorismo que, em concerto com outros fatores, deverá forçar os agentes culturais a refletir sobre todas as mudanças mais recentes. No seguimento disso, será preciso entender que o modo como o património cultural tem vindo a ser protegido já não se coaduna com os riscos concretos contemporâneos, pelo que o foco deverá agora ser a aposta numa comunicação mais eficiente, que valorize as particularidades de cada caso, entre os profissionais da cultura e os profissionais da segurança, num paradigma em que a cooperação entre entidades pares poderá ser uma grande mais-valia através da troca de experiências e de metodologias (vd. HARRAS, DRENT, HEKMAN, 2010, p. 5-6). A melhor proatividade possível poderá ser alcançada através de uma análise de risco prévia, que resulte na elaboração de um guia de procedimentos vasto e abrangente que contemple não só o propósito do plano geral de proteção, como também respostas de emergência, a formação do pessoal e até o melhor modo de comunicar com os meios de comunicação social.

Este manual dedica alguma atenção aos dois tipos de risco que são o foco do presente artigo: vandalismo ou negligência face a objetos ou espaços culturais, e terrorismo, dando-lhes a primazia real que cada vez mais merecem. Hanna Pennock evoca casos em que o património cultural foi danificado em resultado não só de atos deliberados de vandalismo, como também por via de alguma ignorância ou até ingenuidade no modo de fruir um património que, especialmente, por ser de todos, deverá ser apreciado ainda com mais cuidado. Pennock recorda que o património não tem defesa própria, mas que existem diversos modos de o salvar e proteger, apelando, também, a estudos sérios que mapeiem os riscos mais prováveis de acontecer, dado o contexto que o alberga. A autora tipifica quatro classes de vandalismo – a saber, por motivações políticas, étnicas ou religiosas; por perturbações ou confusões de quem o agencia; por “diversão”; e por ignorância (vd. PENNOCK, 2010, p. 9), no seguimento do que enumera uma série de passos que deverá ser considerada não só de modo preventivo permanente, como durante a perpetração do ato vandalista, e que inclui,

entre muitos outros, um conhecimento profundo do património de modo a entender de que forma poderá ou não desencadear algum tipo de ataque, vedação no acesso a algumas das representações que possam ser mais suscetíveis de assalto, formação e alerta constante dos funcionários (vd. PENNOCK, 2010, p. 10).

Sergiu Bercovici recorda as motivações que podem persuadir um grupo terrorista a visar uma representação patrimonial como alvo de um ataque, reforçando a ideia de que conflitos nacionais, étnicos ou religiosos, ou motivações políticas podem conceber estes espaços como locais ideais para usar poder e violência contra cidadãos inocentes, em momentos de descontração e lazer. Neste particular, Bercovici apela aos apoios e à cooperação que as instituições culturais devem prestar às forças de segurança, sendo que tudo deve, porém, ter início na plena consciência de que estas são realidades possíveis que requerem uma grande preparação que começa com o desenho de um plano de segurança profundo e englobante para o qual todos os funcionários estejam devidamente treinados (vd. BERCOVICI, 2010, p. 36). O autor aconselha ainda à monitorização permanente do risco através do escrutínio dos visitantes e dos objetos que transportam e/ou abandonam, e refere uma série de pontos que poderá ser preciosa para validar (ou não) a ameaça numa fase anterior à sua concretização (vd. BERCOVICI, 2010, p. 37).

2 DOS RISCOS E DAS AMEAÇAS – A INTEGRIDADE PATRIMONIAL NO SÉCULO XXI

São, de facto, inúmeros os riscos e ameaças, naturais ou premeditadas, que afrontam atualmente, de modos variados, os diversos tipos de património que os viajantes procuram; alguns deles resultam pura e simplesmente do grande potencial de atratividade que caracteriza determinados espaços turísticos, fazendo com que, por isso, o equilíbrio desejado entre acolher mais visitantes e o controlo dos impactes dessas presenças seja difícil de alcançar.

A UNESCO está atenta a esta problemática e incentiva os *stakeholders* do setor turístico a abraçar políticas de gestão de visitantes que promovam a sustentabilidade dos locais, tal como referenciado pelo *Código Global Ético para o Turismo* (2001) ou por alguns programas mais específicos⁵, em que se apela, acima de tudo, ao respeito pelo espaço visitado, sendo que “*respeito*” é, neste particular, entendido como uma atitude abrangente e vasta que considera a real sustentabilidade perante a comunidade local real, i.e., gentes e patrimónios. Neste âmbito, são diversas as estratégias implementadas e que incluem, entre outras, inibição de visita física a alguns espaços, restrição do número de turistas, e uma maior distribuição de visitantes pelo tempo e pelos espaços, como indicado antes.

Importa, contudo, focar a atenção noutro tipo de riscos, com raiz em motivações eventualmente mais difíceis de gerir por parte dos diversos atores da cena turística, i.e., causas de âmbito político que, por vezes, se consubstanciam em ataques terroristas contra polos de atração turística. Na verdade, tendo em conta o paradigma político que caracterizou a mudança de milénio, e que ainda continua a afrontar as primeiras décadas do século XXI, é impossível descartar os riscos que os incidentes terroristas têm vindo a

⁵ A entrevista conduzida a Peter DeBrine, especialista da UNESCO em programas que promovem o turismo sustentável em sítios reconhecidos como património da humanidade, é um documento atual e muito elucidativo a este propósito, que se encontra disponível em <https://goo.gl/9Cgh1b>.

impactar em espaços frequentados por turistas, sendo que os museus, como se verá adiante, não são alvos excluídos.

De facto, basta recuar ao início deste milénio para rapidamente se conseguir listar uma série de ocasiões em que locais procurados por viajantes foram palco de atrocidades várias que ficaram a dever-se a atos perpetrados e reivindicados por grupos terroristas.

2001 será para sempre recordado como o ano que assistiu aos ataques fatídicos às Torres Gémeas de Nova Iorque, tendo esse ato atingido um estatuto tal que lhe permitiu ganhar um lugar cativo no imaginário coletivo como sendo um indelével marco de acesso a uma nova era de inseguranças e medos, que pareciam/parecem espreitar mesmo nas esquinas mais improváveis, como são, na realidade, os cenários turísticos. Contudo, foi igualmente nesse ano que um ataque destruiu duas estátuas gigantes de Buda, do século VI, no vale de Bamiyan, no Afeganistão, arruinando duas das maiores representações de Buda em pé. No ano seguinte, foi o Teatro Dubrovka, na Rússia, a ser alvo de um grupo composto por cerca de quarenta homens armados que, durante três dias, manteve cerca de oitocentos reféns sequestrados. O ataque resultou em mais de duzentos mortos, a maioria dos quais devido à inalação de um gás tóxico.

Seguiram-se tempos com mais ou menos mediatizadas quebras da tranquilidade esperada, e até exigida, em espaços percorridos por turistas, mas o ano de 2015 acolheu marcantes abalos no que concerne ao imaginário comum que compõe os denominados “paraisos turísticos”, independentemente da latitude em que se situam e do perfil de visitante que atraem. De facto, logo em março, no Museu Nacional Bardo, em Túnis, na Tunísia, mais de cem turistas foram feitos reféns por cerca de duas horas. As investigações dizem que os atacantes tinham o propósito de atingir o parlamento tunisino, onde, na altura, se votava legislação antiterrorista, mas, como não conseguiram, a “alternativa” passou por virar a sua atenção para o museu e para os visitantes que lá estavam. No final de tudo, este grupo de visitantes, que incluía, entre outros, nacionais de Japão, Itália, Colômbia, Austrália, Polónia e França, tinha visto serem mortos vinte e dois turistas.

Meses depois, em junho, foi a vez do ataque à praia El Kantaoui, perto do Riu Imperial Marhaba Hotel, também na Tunísia, em Sousse, que culminou com a morte de trinta e nove veraneantes, a maior parte deles de origem britânica, vítimas de um único atirador. Dois anos antes, outro hotel na mesma área tinha sido alvo de um bombista suicida. 2015 assistiu também, em novembro, a três violentos ataques, perpetrados quase em simultâneo, num dos destinos turísticos que mais visitantes acolhe, Paris, a designada cidade-luz. Os atos contra um restaurante cambojano, um estádio de futebol e um espaço de diversão musical localizados em Paris, semanas antes do Natal e dos festejos de final de ano, fizeram temer pelo futuro de um destino turístico icónico que, no ano anterior, acolhera mais de oitenta e quatro milhões de visitantes (vd. CADAVEZ, 2016). O mesmo mês de novembro de 2015 teve ainda tempo para presenciar assaltos de índole terrorista a dois hotéis – um no Mali, e o Radisson Blu Royal Hotel Brussels, na Bélgica.

Relembrar 2016 com o propósito de evocar atos como aqueles que foram referidos traz à memória, por exemplo, os eventos desencadeados contra turistas na estância de Hurghada, no Egito, bem como os atropelamentos perpetrados por um camião em Nice, França. 2017 ficará, nesta temática particular, para sempre ligado aos ataques que aconteceram em Las Ramblas, de que resultaram 13 mortos, vítimas de intencionadas levadas a cabo a partir de uma carrinha automóvel, e também em Cambrils,

igualmente na província da Catalunha, Espanha. Ainda no ano passado, foi descoberto e desmantelado um plano para atacar o British Museum, em Londres.

Apesar da violência exponencial que estes atentados representam, há outras tipologias de riscos que desvirtuam e fazem perigar polos de atração turística e de lazer, nomeadamente espaços museológicos ou de exibição. Urge, por isso, igualmente, considerar um outro tipo de ameaça que afeta patrimónios, atrações turísticas várias e alojamentos, e que eventualmente poderá estar a ser potenciado em função do perfil dos turistas *millennial*, viajantes que alegam preferir um contacto mais direto e interativo com as culturas, e respetivos ícones patrimoniais, que visitam. Esta fatia do mercado, que gradualmente vai firmando a sua presença enquanto consumidores de produtos turísticos, descreve-se como preferindo a “*co-produção*” à mera e simples “*observação*” que pautaria as práticas de lazer das gerações antecessoras (vd. CADAVEZ, 2017).

A Estação de Caminhos de Ferro do Rossio situa-se em Lisboa entre a Praça D. Pedro IV e a Praça dos Restauradores. É uma obra com traça neomanuelina, datada de finais do século XIX e foi renovada há relativamente pouco tempo. Além da sua utilidade prática, por servir de meio de ligação entre a capital portuguesa e a zona de Sintra, o que, na prática, significa que é atravessada por milhares de *commuters* todos os dias, esta estação atrai igualmente um sem número de visitantes e outros curiosos interessados em conhecer e fruir o espaço patrimonial que a compõe. Em 2016, um turista de 24 anos trepou à estátua de D. Sebastião, que se encontrava logo à entrada do edifício, enquadrada por dois arcos em forma de ferradura, numa alusão ao cavalo que o monarca montava quando desapareceu na Batalha de Alcácer-Quibir. Com o propósito de tirar uma *selfie*, o que o jovem conseguiu foi derrubar e destruir a estátua com 125 anos. Agentes de segurança, em vigilância regular na zona baixa de Lisboa, terão observado o episódio e identificado o autor deste crime patrimonial.

Em novembro do mesmo ano, a população portuguesa chocava-se com o incidente provocado por um turista no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, que conduziu ao derrube de uma estátua de madeira de zimbros, do século XVIII. Ao recuar, para tirar uma fotografia, o visitante terá causado a queda do dito artefacto, do que resultaram danos irreversíveis. Este episódio que atingiu uma estátua fixada a um plinto, protegida em todo o perímetro por um estrado, sucedeu numa ocasião em que o acesso ao museu era gratuito, o que terá originado um maior afluxo de visitantes. Alegadamente, o turista já teria sido alertado por um vigilante para o risco das suas manobras, mas, mesmo assim, terá insistido nos seus propósitos.

Desde 1998 que o Parque Arqueológico de Foz Côa, no norte de Portugal, é reconhecido pela UNESCO como Património da Humanidade, por, nesse espaço de dezassete quilómetros, haver marcas de ocupação humana desde o final do paleolítico exibida em centenas de painéis com milhares de figuras animais, o que constitui um conjunto praticamente único no mundo quando se fala de representações desta tipologia. Em 2017, porém, foi feita a triste descoberta, segundo a qual havia recentes gravações de uma bicicleta e de um ciclista feitas sobre uma das mais notáveis representações do Vale do Côa, o famoso Homem de Piscos. Na ocasião, foi referido que, devido a cortes orçamentais, a vigilância no parque não era a suficiente para cobrir uma área tão extensa.

Este não foi o único sítio, em Portugal, reconhecido pela UNESCO a ser vítima de atos irrefletidos e potencialmente danosos. Em 2017 o Convento de Cristo, em Tomar, serviu de palco à rodagem de um filme de Terry Gilliam, o que originou que, num dos claustros do convento, fosse acesa uma pira de madeira com cerca de doze

metros de altura. Os estragos visíveis resultantes deste ato não foram felizmente tão graves quanto poderiam ter sido, mas como compreender que, mesmo com a presença de bombeiros, a existência de um seguro dedicado a este evento e a permanência constante de técnicos do convento, tenha sido autorizada a realização desta atividade no interior de um convento com as características deste? Neste caso, a rotação foi permitida pela Direção Geral do Património Cultural e resultou em cerca de cento e setenta e dois mil euros a favor dos cofres do Estado português.

Perante situações planeadas tão invasivas da integridade patrimonial em espaços vigiados, o que esperar, então, que possa ocorrer em representações ou sítios patrimoniais sem vigilância? O Cromeleque dos Almendres, no distrito de Évora, em Portugal, atrai centenas de visitantes e turistas devido às características que exhibe. Contudo, num passado recente, começou a ser um espaço preferencial usado por forasteiros que trepam desregradamente para cima dos monólitos de pedra, com intuítos que vão da prática da meditação ou do ioga à fotografia, ou que acendem fogueiras nesse perímetro. Neste caso, estão em risco não apenas a integridade patrimonial e o modo como a estrutura do cromeleque pode estar a ser afetada, mas também a segurança de quem se atreve a este tipo de práticas. O espaço é usado por operadores turísticos e por diversas autarquias sem qualquer tipo de restrição ou de controlo, apesar de este recinto megalítico se localizar em propriedade privada.

3 DE COMO PROTEGER OS PATRIMÓNIOS TURÍSTICOS FACE ÀS PARTICULARIDADES DOS ATUAIS PALCOS TURÍSTICOS

Perante estes cenários, são diversas as questões que surgem quando a preocupação é a proteção de património, sobretudo do que é fruído por turistas. Como continuará a evoluir a integridade patrimonial em paradigmas como os antes nomeados, i.e., em contextos subitamente atacados por atos de terror, ou em *loci* procurados por viajantes que buscam uma interação mais dinâmica e próxima com as representações patrimoniais que visitam? Como estão a ser preservados esses espaços? Como podem ser protegidos? Será que terão eventualmente de se ver dotados de códigos de conduta e de infraestruturas, mais ou menos invasivas, que, no primeiro caso, moldarão o comportamento do visitante, e, no segundo, afetarão não só uma interação que o turista pretende mais intuitiva, como também o próprio objeto, seja ele de que natureza for?

Importa aferir como recuperam os diversos sítios turistificados depois de os riscos já se terem tornado uma realidade. Será que recuperam? Será que buscam estratégias de prevenção contra repetições futuras? E os turistas? Será que continuam a manter estes locais nos seus imaginários e roteiros? Irão os seus comportamentos e as suas práticas ser reciclados? Sentir-se-ão os visitantes tentados a afastar-se? De que modo irão as medidas tomadas influenciar (ou não) e impactar (ou não) o processo de conhecimento e de fruição patrimonial?

É facto que é necessário proteger e lidar com os patrimónios de lazer em função de contingências reais e inesperadas, o que pode dificultar essa tarefa, sobretudo se se considerar tudo o que representam para as comunidades onde se localizam em termos de ícone identitário, e também nas narrativas turísticas. Como se gere comportamentos e como se impõe limites de segurança em ambientes de descontração, e de exibição do belo e significativo? Como se concilia a prevenção de danos e se aniquila riscos em espaços que são procurados devido a motivações de bem-estar e serenidade? Passará a solução para combater estas situações por revistar todos os visitantes e turistas,

submetê-los a um escrutínio para entender as suas verdadeiras intenções e, ao mesmo tempo, proteger as representações patrimoniais com vidros à prova de bala? Como problematiza Erin L. Thompson, este tipo de “soluções” iria interferir com o propósito de que os museus, por exemplo, devem permitir que o público imerja num ambiente de beleza e de contemplação. Thompson acrescenta, ainda, que o papel dos vigilantes e seguranças destes espaços passa por recordar aos visitantes de que também eles têm um papel a cumprir para que se possa manter uma atmosfera de amor à arte num registo não opressivo. Na prática, tal significa que os frequentadores devem comportar-se, “autovigiar-se” e seguir as regras do museu (vd. THOMPSON, 2017), ou de outro espaço exhibicional, sejam quais forem as características que servem para atrair visitantes.

Estas questões, que poderão ter como foco outros espaços frequentados por turistas além dos museológicos, estão no leque das preocupações da OMT. Na verdade, a organização está consciente destes riscos que afetam sobremaneira os locais mais fruídos por turistas no século XXI e tem vindo a desenvolver não só normas, como também *workshops* temáticos com o intuito de implementar estratégias para identificar e mitigar o que resulta da concretização destes riscos. Para tal, a OMT (<http://www2.unwto.org/>) apoia diversos esforços de gestão de crise, tentando integrar as práticas turísticas nos procedimentos nacionais de emergência dos seus estados membros. As estratégias incluem ainda o apoio na criação de instrumentos vários que permitam avaliar riscos de cariz global e local, nomeadamente em áreas como Planeamento de Emergência para Turismo, Análise e Mapeamento de Riscos Turísticos, Coordenação de Crises a Nível Nacional e a Nível Internacional, e, como seria expetável, Técnicas de Recuperação. Diversos episódios de cooperação entre estados membros levaram à elaboração do relatório “Toward a Safer World”, cujos principais focos de atenção são as viagens, o turismo e a aviação.

Analise-se agora como, na prática, os *stakeholders* responderam aos episódios nomeados em “2. Dos riscos e das ameaças – a integridade patrimonial no século XXI”. Terão essas ações subsequentes sido exemplos da resiliência que tende a associar-se ao setor turístico? O que mudou? De que modo passaram a ser protegidas algumas representações patrimoniais icónicas em espaços (sobre)frequentados por turistas, o que os tornou particularmente vulneráveis quer a ataques terroristas, devido às enormes concentrações multinacionais de pessoas, quer a comportamentos menos cuidadosos e eventualmente ousados, por via de práticas turísticas que se pretendem mais próximas e menos mediadas? Importa verificar não só a implementação de novas normas de segurança, como também entender o modo como o local, ou a representação patrimonial, passou a ser exibido e fruído.

Os ataques ocorridos nos Estados Unidos da América em setembro de 2001 têm atualmente o seu ícone supremo de representação no 9/11 Memorial & Museum, inaugurado em maio de 2014, que se localiza na baixa de Manhattan, na área que acolhia as Torres Gémeas, e cujo objetivo principal é proporcionar um espaço para reflexão e homenagem aos acontecimentos trágicos, bem como recordar todos os que, por sua intervenção, perderam a vida. As principais exposições incluem uma exibição que apresenta factos sobre o dia dos ataques, o antes e o depois, e a In Memoriam, que se foca sobre a vida de todos os que morreram na sequência do 11 de setembro de 2001; existindo, contudo, uma série de outras atividades que também pretende contribuir para os objetivos deste local de clara doutrinação.

O sítio eletrónico de 9/11 Memorial & Museum faculta normas de conduta e de segurança que os visitantes deverão consultar antes de chegar ao local, e que poderão ser alteradas, sem aviso prévio, desde que tal aconteça a bem da segurança e dos propósitos do espaço. Neste âmbito, todos os que desejem visitar o local serão sujeitos a um inquérito de segurança, a uma revista física e, além disso, todos os seus pertences serão alvo de uma triagem que, entre outros, pode inibir a entrada de determinados objetos. O ponto XIII destas normas indica que os visitantes devem, ainda, comportar-se de acordo com as indicações que constam da sinalética exposta (vd. <https://goo.gl/rDoY6z>). Considerando a motivação para a construção e a visita ao espaço, é provável que o elevado grau de segurança faça parte das expectativas dos visitantes, que o acolherão sem questionar, entendendo-o como mais um fator de atratividade. No primeiro mês de abertura o 9/11 Memorial & Museum recebeu mais de trezentos mil visitantes e é, cada vez mais, um dos principais focos turísticos em Nova Iorque; no espaço de um ano, cerca de vinte e dois milhões de pessoas estiveram no Memorial, e mais de quatro milhões visitaram o museu.

Passados tantos anos, no vale de Bamiyan, no Afeganistão, a reconstrução dos artefactos destruídos também em 2001 continua a ser um processo complicado, pelo que uma das opções de recuperação pode incluir, à imagem do sucedido em Nova Iorque, a criação de um museu ou de um centro cultural que simultaneamente preserve os fragmentos restantes e seja um veículo de conhecimento não só da cultura afegã, como também das motivações para a destruição das estátuas.

É escassa a informação sobre a rotina cultural do Teatro Dubrovka. Crê-se que tenha sido retomada, mas não tornou a ter o foco anterior ao ataque. Do sequestro de 2003 existe uma placa evocativa da tragédia que anualmente, na data da libertação do espaço, a 26 de outubro, agrega familiares e amigos das vítimas, por vezes acompanhados de figuras políticas russas, em momentos de tributo. É curioso verificar que, em algumas situações, parece ter sido a situação de risco que atribuiu mais notoriedade ao espaço, tornando-o mais conhecido e, potencialmente, um polo mais forte de atração turística. Tal parece igualmente suceder com o Museu Nacional Bardo, na Tunísia, que, apesar da importante coleção de mosaicos romanos e de peças da Grécia Antiga, terá ganho mais celebridade depois dos ataques de 2015. O sítio eletrónico oficial do museu (vd. <https://goo.gl/UrXgip>) não faz qualquer referência ao episódio, apesar de uma das salas de exposição manter ainda visíveis marcas do tiroteio que feriram e mataram mais de quarenta visitantes. Porém, anualmente as vítimas do atentado são recordadas numa cerimónia evocativa que não esquece a multinacionalidade da população afetada naquele espaço museológico.

Os atentados de 2015 e de 2016 contra a praia próxima do Riu Imperial Marhaba Hotel, na zona de Sousse, na Tunísia, e os que visaram a estância de Hurghada, no Egito, respetivamente tiveram como resposta imediata uma maior vigilância exercida por forças policiais armadas em lugares como praias, hotéis, espaços arqueológicos e demais polos de atração turística, como mesquitas, por exemplo, não apenas nas regiões afetadas, mas também em destinos com características similares que, assim, tentaram combater a onda de medo e de insegurança que começava a afetar os viajantes em momentos da tomada de decisão acerca do destino turístico a escolher. Em alguns casos, chegaram mesmo a ser instalados arcos para deteção de metais e as bagagens passaram a ser revistas com mais acuidade. Apesar da maior notoriedade das forças de segurança na zona de Sousse, algo que os responsáveis afirmam ter incluído na sua agenda de prioridades para os dez anos subsequentes ao atentado, passado algum tempo,

a placa evocativa do ataque foi deslocada para um local mais discreto e deixou de haver flores espalhadas pela areia, ambos numa tentativa de combater o desvio dos fluxos turísticos para outros destinos, o que fazia perigar a subsistência de 90% da população local dependente das receitas associadas às práticas de lazer. A operadora Thomas Cook, por exemplo, só voltou a reconsiderar a região tunisina de Sousse três anos após o episódio terrorista. Atualmente, o Riu Imperial Marhaba Hotel, bem como outros hotéis na zona, apresenta cotações positivas nas plataformas da especialidade, e o número de reservas voltou a aumentar, isto numa altura em que os ataques tendem a cair no esquecimento. O mesmo sucede em Hurgada, onde, após momentos de abandono e subsequente destruição, as rotinas turísticas voltaram com tanta força que começam a destronar outros destinos que, entretanto, se haviam imposto, como Portugal, por exemplo.

A importância e o significado que um destino como Paris assume no cenário do turismo internacional parecem justificar todas as medidas visíveis e ostensivas de segurança no seguimento dos ataques que ocorreram no final de 2015. Tal como aludido anteriormente, também os atentados de Paris motivaram a implementação de uma série de medidas de segurança de alerta máximo fora do território nacional; assim, quase logo de imediato foram suspensas as regalias de circulação no espaço Schengen, os principais aeroportos europeus e norte-americanos elevaram os seus níveis de segurança, tal como sucedeu em algumas das mais icónicas atrações turísticas. Em França, encerrou-se temporariamente o parque temático Euro Disney e a Catedral de Notre Dame, enquanto o acesso a inúmeros museus foi muito restringido e sujeito a diversos escrutínios de segurança.

Apesar de, no seu artigo 6.º, o *Código Global Ético para o Turismo* (vd. <https://goo.gl/X16Feb>) apelar à não veiculação de informação parcial que possa influenciar os fluxos turísticos em prol de narrativas honestas e objetivas acerca de polos de atração turística, em reação aos ataques de Paris foram inúmeras as fontes que davam conta de destinos a evitar e/ou que alertavam para o cenário que se iria encontrar, em artigos que também forneciam conselhos mais específicos. Ainda hoje o sítio eletrónico do Consulado de França em Atlanta, nos Estados Unidos da América, mantém informação dedicada exclusivamente a turistas no sentido de os alertar para os procedimentos de segurança que encontrarão em museus e em outros locais de atração turística (vd. <https://goo.gl/eysojc>). A situação agravou-se com o ataque sucedido a 14 de julho de 2016 em Nice, o que fez com que, nesse verão, mais de vinte e três mil agentes policiais e tropas tenham patrulado os locais mais procurados por turistas. Já em 2017, a edição eletrónica de *The Telegraph* aconselhava os turistas britânicos em França a manter-se vigilantes e a acatar as instruções das autoridades locais, com dicas claras transmitidas através de gráficos e de infogramas (vd. <https://goo.gl/dP6EVH>).

Dado o contexto político vivido na Catalunha, em Espanha, a propósito das movimentações independentistas, é difícil compreender se o aumento multidisciplinar dos níveis de segurança se deve a estas questões ou se é motivado pelos ataques de 18 de agosto de 2017 em Las Ramblas, ou se, e esta parece ser a motivação mais plausível, será o resultado de ambos.

No que concerne ao segundo tipo de riscos em análise, i.e., aqueles que resultam de práticas incorretas e abusivas de fruição turística, parece que a reação das entidades competentes é, em alguns casos, menos célere. Assim, no caso da estátua de madeira, do século XVIII, derrubada por um turista no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, sabe-se que, após restauro, já se encontra de novo em exibição; o nicho da fachada da

Estação do Rossio, também na capital portuguesa, continua vazio após o incidente antes referido, apesar de alegadamente existir em armazém uma representação igual àquela que foi destruída; no caso da vandalização da arte rupestre em Foz Coa, foram constituídos dois arguidos e ouvidos responsáveis políticos, mantendo-se, durante algum tempo, vigilância permanente no local; o uso “diferente” do Convento de Cristo, em Tomar, trouxe de volta a discussão acerca da utilização autorizada e paga de patrimónios vulnerais em atividades que poderão colocá-los em risco. Também este episódio, entretanto “*esquecido*”, reavivou a pertinente discussão sobre o arrendamento episódico do Panteão Nacional, em Lisboa, para eventos corporativos, e sobre qual a tutela que deverá acolher nas suas incumbências este tipo de património. O Cromeleque de Almendres continua a convidar a práticas e “*rituais*” diversos que ameaçam sua integridade. Em suma, parece que, na maior parte dos casos, tudo se resume a uma persistente falta de vigilância efetiva, pois, em algumas situações, existem autorizações e contratos formalizados, ou uma “*cegueira*” institucional, que permitem que os patrimónios corram riscos.

Para a primeira tipologia de riscos, verificou-se que, em alguns casos, foram posteriormente construídos espaços de raiz, com normas próprias de segurança, e que servem sobretudo para evocar o momento trágico. Em associação, a vigilância tornou-se mais visível, e ostensiva, tentando agir como força dissuasora. Não se pode esquecer que, considerando as particularidades essenciais aos bens patrimoniais, a sua recuperação tenderá a ser morosa e complexa. Contudo, talvez porque ainda tenha passado pouco tempo sobre os eventos evocados, é fácil identificar as cicatrizes do que sucedeu, sob a forma de evocações, memoriais ou pura e simplesmente através da ausência assumida de recuperação, total ou parcial.

Mesmo locais que não foram alvo de ataques terroristas acabaram por ser arrastados por estas ondas de preocupação da integridade patrimonial quando as autoridades locais optaram por implementar medidas preventivas. A título de exemplo, pode evocar-se a implantação de barreiras de cimento e pilaretes junto a dois dos locais que mais visitantes captam aquando de visitas à capital portuguesa. Assim, o Mosteiro dos Jerónimos, um dos pares que, em conjunto com a Torre de Belém, foi reconhecido pela UNESCO como Património da Humanidade, atrai, por essa via, diariamente centenas de turistas. Poucos dias após o atropelamento terrorista em Las Ramblas, o espaço fronteiro do mosteiro, entre o passeio e o relvado, viu serem instalados cinquenta blocos de cimento com o propósito de evitar possíveis ataques com o uso de veículos automóveis. A distância guardada em relação ao edifício manuelino fez com que poucos visitantes tivessem entendido as reais funções dos novos habitantes de Belém e, para muitos, estas passaram a ser estruturas usadas como bancos de descanso. Na designada Baixa Pombalina, que inclui a Praça do Comércio, a Rua Augusta ou a Rua do Carmo, e que também faz parte do roteiro dos principais fluxos turísticos, a opção foi a colocação de pilaretes nos passeios. Também os pilaretes parecem não ter chamado muito a atenção dos visitantes e esta pode ter sido uma solução sustentável e harmoniosa de prevenir alguns tipos de riscos contra representações patrimoniais, nomeadamente aqueles que eventualmente viessem a tomar a forma dos ataques em Nice ou em Barcelona.

4 REFLEXÕES FINAIS

Nada do que foi exposto neste artigo é de análise passiva ou inquestionável. Como se educa para a preservação patrimonial? Como é possível agenciar-se uma fruição próxima e interativa com as representações e os sítios patrimoniais, garantindo totalmente a integridade do património e dos locais que o exibem, como museus ou outros espaços exibicionais? Mesmo que a maioria não entenda diretamente a presença de vigilantes ou de barreiras físicas como elementos incomodativos ao ato de fruição, o que é certo é que esses são corpos estranhos ao objeto do olhar turístico e alienígenas às características intrínsecas da representação em causa.

Seja qual for a tipologia de risco – terrorismo ou negligência/vandalismo por parte do visitante – passará a solução por um policiamento nos moldes de um agente/um visitante? Naturalmente que não, pelo que, como ponderado antes, pelo menos nos casos de vandalismo ou negligência gravosa, talvez a estratégia seja mesmo a da educação patrimonial séria e respeitosa a partir de cedo na vida dos jovens turistas. Conceber estratégias sensatas e adequadas ao local e ao momento da fruição significa pensar em algo mais do que em vigilância ou barreiras, devendo contemplar matérias como o valor cultural e comunitário do património, enquanto contador de histórias e marca de identidade de grupos e da humanidade, em geral; o mesmo enfoque deverá alertar para o carácter único de cada peça ou de cada artefacto, de cada edifício ou de cada praça, e para o modo como consecutivos restauros comprometem a sua essência e a sua integridade original.

Enquanto tal tempo não chega e, principalmente, quando o risco é perpetrado por atos megalómanos e insanos como os que caracterizam os atentados terroristas, ou ainda por momentos de banalização e desrespeito em face de representações patrimoniais, os turistas deverão habituar-se a experiências de fruição mediadas. Talvez seja possível pensar que a turistificação de determinado espaço patrimonial deva apresentar como uma das suas prioridades fundamentais a inclusão de medidas de proteção que sejam sustentáveis e éticas, e de ensinamentos de boas práticas aos turistas que o visitam, no sentido de lhes inculcar a necessidade de se fruir esses locais de modo quase sagrado, i.e., numa atitude de respeito e aprendizagem que não pode coadunar-se com fruições que desconsiderem todos os referenciais que lhe são inerentes. Afinal, não se pode esquecer que em causa estão, numa mesma representação, algo de imenso valor simbólico para uma comunidade e, ao mesmo tempo, uma fonte de rendimento turístico que terá de ser preservada a todo o custo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BERCOVICI, Sergiu. “Terrorism”. Willem Hekman (ed.) **Handbook on Emergency Procedures**. The Netherlands: International Committee on Museum Security, 35-41, 2010.

CADAVEZ, Cândida. “Tourism and Terrorism: Protecting Paradise”. **Aviation Security International. The Global Journal of Airport & Airline Security**. February 2016 Volume 22 Issue 1, p. 28-30, 2016.

CADAVEZ, Cândida. “«Mas que mundo é este?»», ou de como tem de ser diferente a divulgação das práticas de fruição cultural para os turistas millennial – um estudo de caso pensando nos museus». **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, Volume 7, Dossiê Número 3, dez. 2017, p. 215-228. <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>.

Código Global Ético para o Turismo. Disponível em <https://goo.gl/X16Feb>, 2001 - último acesso em 27 de julho de 2018.

CUNHA, Licínio. **Turismo e Desenvolvimento. Realidades e Perspetivas**. Lisboa: Lidel, 2017.

HARRAS, Hans-Juergen, DRENT, Dick, HEKMAN, Willem. "Risk Analysis". Willem Hekman (ed.) **Handbook on Emergency Procedures**. The Netherlands: International Committee on Museum Security, 5-7, 2010.

KOTLER, Philip. "The Prosumer Movement: a New Challenge For Marketers". **NA - Advances in Consumer Research**. Volume 13, eds. Richard J. Lutz, Provo, UT: Association for Consumer Research, Pages: 510-513. Disponível em <https://goo.gl/8x2uXh>, 1986 - último acesso em 23 de julho de 2018.

PENNOCK, Hanna. “Vandalism”. Willem Hekman (ed.) **Handbook on Emergency Procedures**. The Netherlands: International Committee on Museum Security, 8-10, 2010.

THOMPSON, Erin L. “Museums Should Consider Why They’ve Become Targets of Attack and Protest”. **Hypoallergic Newsletter**. Disponível em <https://goo.gl/SpsNw7>, 2017 – último acesso em 17 de julho de 2018.

Referências eletrônicas:

9/11 Memorial and Museum (<https://goo.gl/rDoY6z>) – último acesso em 25 de julho de 2018.

Consulado de França em Atlanta, EUA (<https://goo.gl/eysojc>) - último acesso em 24 de julho de 2018.

Musée National du Bardo (<https://goo.gl/UrXgip>) - último acesso em 22 de julho de 2018.

Organização Mundial do Turismo (<http://www2.unwto.org/>) – último acesso em 18 de julho de 2018.

The Telegraph (<https://goo.gl/dP6EVH>) - último acesso em 25 de julho de 2018.

UNESCO (entrevista a Peter DeBrine disponível em <https://goo.gl/9Cgh1b>) - último acesso em 23 de julho de 2018.

Patrimonial risks and safeguarding – (towards) mediated practices in tourist and museological environments

Abstract

This article evokes and analyses some of the risks that nowadays threaten patrimony and exhibition places, such as museums. These threats are the result of different types of particularities that feature the beginning of the millennium as a result not only of new tourist practices but also of political and social circumstances. It is intended to understand how the necessary and consequent replies and reactions of the different stakeholders can reshape the interaction among the various targets of the tourist gaze and the visitors, as well as mediate the practice of enjoying patrimony(ies). Within this scope, the article evokes the profile of the new tourists and recalls moments which shook the peace and tranquillity that tend to be associated to the tourist practice to (better) understand and identify alternative perspectives needed to really understand the meaning of being a tourist, someone who “enjoys” heritage, in the 21st century.

Keywords: *Patrimony. Tourism. Risks. Patrimonial safeguarding. Enjoying patrimony.*

Artigo recebido em 03/02/2018. Aceito para publicação em 10/08/2018.